

Carta do 52º Encontro Descentralizado da Região Sudeste - Vila Velha – ES **“Na defesa da democracia nossas bandeiras pulsam liberdade no Sudeste”**

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

[...]Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. (Código de Ética Profissional, princípios fundamentais, I, II e IV, 1993)

Nós, assistentes sociais presentes no 52º Encontro Descentralizado da Região Sudeste, realizado entre os dias 25 a 27 de julho de 2025, na cidade de Vila Velha/ES, reunidas pelas delegações dos estados do Espírito Santo, gestão “*Quem escolhe a luta não recusa a travessia*”, Minas Gerais, gestão “*Lutar quando é fácil ceder*”, Rio de Janeiro, gestão “*A liberdade é uma luta constante*”, e São Paulo, gestão “*Nossas histórias vêm de longe para que o amanhã não seja só um ontem*”, sendo este um espaço coletivo político-administrativo, consultivo, democrático, formativo e reflexivo sobre o Serviço Social brasileiro.

Afinal, que tempos são esses? Ao mesmo tempo em que celebramos as conquistas históricas de mulheres negras, latinoamericanas, caribenhas e de Tereza de Benguela, urgimos lutar pela nossa sobrevivência, defesa da democracia e da liberdade no horizonte de uma emancipação humana!

Diante de uma conjuntura internacional de avanço da extrema direita, do ultraconservadorismo, das ameaças às democracias, das guerras e genocídios, dos ataques às soberanias e à laicidade das nações, que rebatem nos países latinoamericanos de forma estrutural e que historicamente impacta a vida e sobrevivência da classe trabalhadora.

Esse cenário se materializa no campo da economia mundial com a ofensiva imperialista do governo **Estadunidense** ao usar, por exemplo, as taxações abusivas provocando severa instabilidade mundial e ameaça, ainda, outros projetos societários e todas as formas de vida no planeta. No bojo desse projeto de poder se amplia a perseguição aos imigrantes, se agudiza a xenofobia pelos fundamentalismos nacionalistas como o *America First* e o sionismo, que autorizam o genocídio, por exemplo, em Gaza. Dessa forma, se aprofundam as manifestações das expressões da Questão Social como a fome, o desemprego, a miséria, a desigualdade, a violência, todas as formas de opressões e de ofensivas à vida e ao trabalho.

Este contexto mundial é agudizado diante da conformação sociohistórica colonial, dependente e escravocrata dos países da América Latina. No Brasil, diante do avanço do neoconservadorismo, constantes ofensivas sobre o fundo público, reafirmado em um Congresso que opera um projeto de poder, estruturado na violência e no fundamentalismo religioso como mecanismos de defesa dos interesses do grande Capital, representado pelo agronegócio e detentores das grandes fortunas. Concretizando esse projeto no ataque aos direitos humanos, ao meio ambiente, às políticas sociais, aos direitos trabalhistas e previdenciários, à estrutura estatal, à vida dos povos originários e comunidades tradicionais, da população negra, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres e toda diversidade humana. Destacamos a incisiva violência e repressão perpetrada pelo Estado, materializada no aumento dos índices de letalidade policial, principalmente contra a população jovem, negra, periférica e em situação de rua.

As condições e relações de trabalho para classe trabalhadora remete à uberização e pejetização, com a falácia do “chefe de si mesmo” com o empreendedorismo, resultando na retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, no adoecimento de trabalhadoras e trabalhadores, formando obstáculos para sua capacidade de organização e mobilização política, provocando o afastamento dos seus instrumentos de luta, como sindicatos, coletivos e movimentos sociais.

O projeto político da extrema direita faz avançar o racismo ambiental com a liberação de licenças ambientais em favor da especulação imobiliária, com a aprovação de projetos de lei como o PL da Devastação (PL 2159/2021), que afetam principalmente os territórios, povos originários e as comunidades periféricas e tradicionais, em muitos casos retirando sua forma de sustento, contribuindo para um processo de retirada das classes populares, para o estabelecimento de moradores com renda mais alta e o aumento do custo de vida. Nesse sentido, acentuam os desastres e crimes ambientais, como as grandes enchentes e o rompimento de barragens que assolaram o país nos últimos anos.

No Serviço Social o reflexo dessa realidade se manifesta na formação e no trabalho profissional. A mercantilização do ensino que, ao atender aos interesses do Capital, precariza a qualidade da formação profissional, por meio do aligeiramento da graduação e pós graduação, inclusive nas residências profissionais e multiprofissionais, do aumento do ensino à distância, fechamento de cursos presenciais, e da precarização das condições do trabalho docente numa lógica de produtivismo acadêmico, em que atingir metas e resultados são prioritários em detrimento de uma formação alinhada a um processo reflexivo-crítico, o que impacta na qualidade do tripé ensino-pesquisa-extensão.

No trabalho profissional essa realidade se reverbera no cotidiano por meio da privatização das políticas públicas e sociais, na precariedade da oferta dos serviços prestados, alijando o acesso da população aos direitos sociais mais elementares, fragilizando os vínculos trabalhistas, impondo sobrecarga do trabalho com metas, cobrança de prazos e resultados, rebaixamento salarial e requisições indevidas, agravadas por assédio moral, sexual, racismo, misoginia, etarismo, LGBTQIAPN+fobia, gordofobia, capacitismo, dentre outras formas de opressão que têm incidido diretamente nas condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional e no adoecimento físico e mental de assistentes sociais.

Neste sentido, a saída é pela coletividade compondo lutas importantes na perspectiva da radicalidade democrática e ampliação da liberdade coerente com a direção social estratégica da profissão. Soma-se às reivindicações pela defesa da revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária e de toda legislação que signifique o retrocesso de direitos humanos e sociais, o fim do arcabouço fiscal, apoio ao breque dos trabalhadores por aplicativos, o fim da escala 6x1, a taxação das grandes fortunas e regulamentação das *big techs*.

Em defesa das pautas históricas da categoria profissional de assistentes sociais, importa fortalecer: a revisão do Marco Regulatório do EAD; a aprovação do piso salarial, a implementação da Lei das 30 horas (Lei 12.317/2010) para toda categoria; o cumprimento da lei que prevê a contratação de assistentes sociais e psicólogas na educação básica (Lei 13.935/2019); a realização de concursos públicos; a ampliação da oferta de graduação e pós graduação em Serviço Social nas universidades públicas, com financiamento e estrutura que assegure formação profissional de qualidade, laica, gratuita e universal.

O Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO compõem a construção e articulação das lutas populares no fortalecimento e direção da participação social apoiando e defendendo as bandeiras de luta de movimentos sociais que coadunam com os princípios éticos centrais da profissão, no horizonte da perspectiva de emancipação humana.

Portanto, nós, assistentes sociais presentes no 52º Encontro Descentralizado da Região Sudeste, convocamos a categoria profissional, estudantes e toda sociedade à recuperar a força e sentido das lutas ancestrais, coletivas e de organização popular vinculadas à defesa da radicalidade democrática, dos direitos humanos, civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, que é historicamente afetada pela profunda contradição da sociabilidade capitalista contemporânea.

“Na defesa da democracia nossas bandeiras pulsam liberdade no Sudeste”